



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO

**Processo:** nº 200223785/2023

**Tipo de Processo:** Eleições para Diretores da Mútua-PE

**Interessado:** JURANDIR PEREIRA LIBERAL

**DELIBERAÇÃO CER Nº 014/2023**

A Comissão Eleitoral Regional (CER), de acordo com as suas competências estabelecidas no Regulamento Eleitoral para as eleições de Presidentes do Confea e dos Creas e de Conselheiros Federais (Resolução nº 1.114, de 26 de abril de 2019), reunida nesta data, e Considerando que neste exercício de 2023 ocorrerão Eleições Gerais do Sistema Confea/Crea e Mútua, para os cargos de Presidentes do Confea e dos Creas, Conselheiros Federais, e Diretores Gerais e Administrativos das Caixas de Assistência dos Profissionais dos Creas, cujo pleito ocorrerá em 17 de novembro de 2023, conforme Calendário Eleitoral aprovado pela Decisão Plenária nº PL-1869/2022;

Considerando o disposto no Regulamento Eleitoral quanto à candidatura (artigo 23), às condições de elegibilidade (artigo 26) e às hipóteses de inelegibilidade (artigo 27), aplicáveis a todos os candidatos;

Considerando o disposto nos artigos 28, 29 e 30, do Regulamento Eleitoral, que dispõem sobre o requerimento de registro de candidatura e os documentos obrigatórios que devem acompanhá-lo;

Considerando a resolução nº 1.117, de 2019, que "aprova o regulamento eleitoral para as eleições dos membros da Diretoria da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea: diretor geral, diretor financeiro e diretor administrativo";

Considerando que, nos termos da Resolução nº 1.117, de 2019, "são condições de elegibilidade para concorrer à Diretoria da Caixa de Assistência dos profissionais do Crea ser sócio contribuinte inscrito há três anos, no mínimo, contados da convocação da eleição e estar em dia com as obrigações perante a Mútua" (art. 26) e

Considerando que nos termos do art. 27 da Resolução nº 1.117/2019, "aplicam-se às eleições dos membros da Diretoria da Caixa de Assistência dos profissionais do Crea todas as condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade disciplinadas no regulamento eleitoral para as eleições de Presidentes do Confea e dos Creas e de Conselheiros Federais";

Considerando o requerimento de registro de candidatura apresentado por **Jurandir Pereira Liberal**, ora candidato ao cargo de Diretor Financeiro da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-PE (Mútua-Pernambuco), em 18/08/2023, protocolo nº 200223785/2023;

Considerando o disposto no artigo 30 e seu parágrafo único, do Regulamento Eleitoral pelo qual "a Comissão Eleitoral verificará junto ao banco de dados a situação do candidato com relação a eventuais débitos perante o Sistema Confea/Crea e infrações ao Código de Ética Profissional, com decisão definitiva nos últimos 5 (cinco) anos, anexando ao respectivo processo de registro de candidatura a documentação pertinente."



Considerando a impugnação ao registro de candidatura do interessado, apresentada pelo profissional **Maycon Lira Drummond Ramos**, na qual alega, em síntese, que: I - o impugnado deixou de apresentar documento que o torna inelegível conforme inciso VII do artigo 27 da Resolução nº 1.114/2019; II - deixou de apresentar em seu requerimento declaração assinada, de que atende todas as condições de elegibilidade e não incide em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade, previstas no presente Regulamento Eleitoral; III - deixou de apresentar certidão de registro e quitação;

Considerando a contestação à impugnação, apresentada pelo impugnado, ora interessado, na qual alega, em síntese, que foram apresentados, por ocasião de seu pedido de registro de candidatura os documentos de desincompatibilização junto ao Crea-PE em, 14/08/2023 e junto ao Senge, em 15/08/2023, assim como a declaração de que atende todas as condições de elegibilidade e não incide em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade que se encontra no próprio requerimento. Quanto à certidão de registro e quitação, de acordo como próprio Regulamento Eleitoral, cabe ao Crea tal verificação.

Considerando que os documentos de desincompatibilização dos cargos exercidos no Crea-PE e no Senge encontram-se no processo do interessado e foram apresentados juntos com o requerimento de registro de candidatura conforme check-list;

Considerando que a Declaração assinada pelo impugnado, de que atende todas as condições de elegibilidade e não incide em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade prevista no Regulamento Eleitoral encontra-se no próprio requerimento de candidatura;

Considerando que de acordo com o artigo 30 do Regulamento Eleitoral cabe ao Crea a verificação da ausência de débitos e consequente emissão da certidão respectiva;

Considerando que a impugnação apresentada pelo profissional **Maycon Lira Drummond Ramos**, apesar de ter sido apresentada em petição fundamentada, na forma preconizada pelo parágrafo único do artigo 31 da Resolução nº 1.114/2019, é baseada em alegações completamente infundadas, caracterizando afronta aos deveres do administrado perante a Administração, em especial os de “proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé” e “não agir de modo temerário”, constantes no artigo 4º da Lei nº 9.784, de 1999.

Considerando que o interessado firmou declaração, sob as penas do art. 299, do Código Penal (falsidade ideológica), de que atende a todas as condições de elegibilidade, bem como não incide em nenhuma hipótese de inelegibilidade previstas no regulamento Eleitoral;

Considerando que o interessado preenche as condições de elegibilidade, não incide em inelegibilidade e apresentou tempestivamente o requerimento de registro de candidatura ao cargo de Diretor Financeiro da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-PE (Mútua Pernambuco), estando com a documentação completa, cumprindo, assim, todas as exigências previstas no Regulamento Eleitoral;

Considerando o disposto no artigo 33 e seu parágrafo único, do Regulamento Eleitoral, pelo qual "a Comissão Eleitoral julgará o requerimento de registro de candidatura, apreciando as razões expostas nas impugnações apresentadas e respectivas contestações, formando sua convicção com amparo no presente regulamento eleitoral, pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes do processo, ainda que não alegados, mencionando, na decisão, os que motivaram seu convencimento" e verificará as condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade



"quando do julgamento do registro de candidatura, independentemente de apresentação de impugnação";

Considerando o sorteio da ordem dos nomes dos candidatos em que deverão constar na cédula eleitoral eletrônica em cumprimento ao disposto na Deliberação CEF nº 35/2022, realizado em 14/09/2023, conforme Ata de Sorteio;

**DELIBEROU:**

**DEFERIR** o registro de candidatura de **JURANDIR PEREIRA LIBERAL** para concorrer ao cargo de Diretor Financeiro da Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-PE (Mútua-Pernambuco) nas Eleições Gerais de 2023 do Sistema Confea/Crea e Mútua, a ser realizada no dia 22 de novembro de 2023 em Sessão Plenária Ordinária do Crea – PE.

Recife, 14 de setembro de 2023.

**Eng. Seg. Trab. Giani de Barros C. Valeriano**  
Coordenadora da CER-PE 2023

**Eng. Pesca Eliana Barbosa Ferreira**  
Membro da CER-PE 2023

**Eng. Eletric. Robstaine Alves Saraiva**  
Membro da CER-PE 2023

**Eng. Civ. José Adolfo Azevedo Ximenes**  
3º Membro Suplente da CER-PE 2023

